
O COMÉRCIO NÃO ESCRAVISTA NA COSTA DA "GUINÉ" NO SÉCULO XIX

NO SLAVE TRADE ON THE COAST OF "GUINEA" IN THE NINETEENTH CENTURY

Diego Zonta¹

Cristina Portella²

Resumo: Na chamada Grande Senegâmbia (litoral atlântico africano ao sul do Saara) analisaremos o emergir do denominado comércio lícito, em oposição ao já ilegal tráfico de escravos. A resposta que os africanos deram às novas demandas comerciais significou o surgir de novas relações da África com o seu exterior, assim como uma redefinição entre as relações de poder no seio mesmo das sociedades africanas. A exploração e o comércio de produtos agrícolas, principalmente, moveram forças políticas, romperam e criaram novas relações de autonomia, fortaleceram indivíduos e grupos até então marginalizados do comércio mundial. Essas novas realidades pós-tráfico vieram a ser definitivamente destruídas com a colonização.

Palavras-chave: Grande Senegâmbia, comércio lícito, África, História do Atlântico, relações afro-portuguesas.

Abstract: In the region known as Great Senegambia (sub-Saharan Atlantic coast), we analyze the so-called permitted trade, in contrast to the already illegal slave trade. The answer Africans gave to new commercial demands meant the emergence of new relations of Africa with the outside world, along with a redefinition of power relations in the heart of African societies. It was mainly the exploration and commerce of agricultural goods, which moved political forces, which broke and created new autonomy relations, and finally, strengthened individuals and groups until then marginalized from worldwide trade. These new post-slave trade realities ended up by being definitely destroyed with colonization.

Key-words: Great Senegambia, permitted trade, Africa, History of the Atlantic, Afro-Portuguese relations

Introdução

Desde o início dos contatos diretos entre os africanos da costa atlântica ao sul do Saara e os europeus (nomeadamente os portugueses) no século XV, o tráfico de escravos foi a atividade, numa perspectiva de longa duração, predominante nas relações comerciais atlânticas até o século XIX. Essa realidade acabou por moldar as relações de poder não só entre africanos e europeus, mas principalmente entre as diferentes sociedades e etnias no próprio continente, marcando os mais

¹ Mestre em História de África pela Universidade de Lisboa e professor de "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena" da Faculdade do Vale do Juruena (AJES).

² Mestra em História de África pela Universidade de Lisboa

diferentes campos das relações socioculturais dos homens e das mulheres que viveram na chamada Senegâmbia Histórica. Entender os meandros desse comércio, os seus agentes e as suas características é fundamental para conhecer qualquer outro aspecto da história dessa região a partir da segunda metade do século XV.

Esse artigo, contudo, pretende analisar o comércio não escravista durante o século XIX na costa da "Guiné". Apesar do peso exercido pelo tráfico de escravos, outras atividades econômicas desenvolveram-se nesse período e também foram responsáveis pela inserção da África na "economia-mundi". Por mais abrangente que possa ser uma atividade humana, nenhuma sociedade é capaz de entregar-se exclusivamente a essa atividade, visto existir sempre outras necessidades (mesmo que minimamente) a serem satisfeitas, como por exemplo: alimentação, vestuário, objetos de ostentação e poder, guerra, transporte, tributos, artesanato, mineração, atividades religiosas, dentre outras. Os citados exemplos são algumas das atividades que essas populações da costa da Guiné se envolveram, mesmo com o vultoso tráfico de homens que se organizou nessa fase.

A fixação desse estudo no século XIX justifica-se por tratar-se do período em que o tráfico de escravos para as Américas foi definitivamente extinto. Processo esse resultante de um longo caminho que teve início com as pressões diplomáticas inglesas e acabou por sua própria inviabilidade econômica, passando por um sem fim de leis proibitivas que nasciam para morrer no exato momento das suas publicações. Finalmente, também como consequência desse esgotamento do tráfico negreiro, foi cabível verificar no seio das atividades comerciais não escravistas (nomeadas agora como comércio lícito) possíveis transformações da realidade africana.

O fim do tráfico atlântico de escravos fez ressurgir, depois de muitos séculos, uma importante iniciativa comercial africana. O "enselvajamento" dos negros e a colonização impediram, em sua época, a emergência de estudos que ajudassem a entender essas escolhas econômicas africanas. Antes da consolidação do tráfico negreiro através do Atlântico, os textos históricos já nos davam conta das dinâmicas existentes nas trocas e produções realizadas entre africanos e portugueses nas costas da Senegâmbia, como bem atesta o relato do veneziano Alvise Cà da Mosto no fim da primeira metade do século XV³.

A ocupação físico-militar dos territórios africanos, alentada pela Conferência de Berlim (1884-1885) e concretizada nas primeiras décadas do século XX, colocou fim a essa nova experiência nas relações africanas com o seu exterior. Foi um momento de grandes possibilidades e transformações para as sociedades africanas, ocorrido justamente entre o fim do tráfico humano e a ocupação definitiva dos seus territórios.

³ HENRIQUES, Isabel Castro. *Os Pilares da Diferença: Relações Portugal-África séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004. p. 393.

A "Guiné"

O espaço, objeto desse artigo, apesar de amplo possui uma coerência e uma complementaridade econômica que levaram vários estudiosos, como Boubacar Barry, a designá-lo de *Grande Senegâmbia*⁴. Encontra-se na costa atlântica africana avançando para o interior até o maciço do Fuuta-Jalon. Ao norte, toca o deserto do Saara e ao sul o moderno estado de Serra Leoa⁵. Dentro desse espaço nos centraremos na região dos "Rios da Guiné" (de natureza mais comercial), ou seja, ao sul da desembocadura do rio Gâmbia e em frente ao arquipélago dos Bijagós e dos seus caminhos fluviais. A possibilidade de comerciar com os europeus permitiu a essa zona "superar a sua condição de periferia dependente face aos espaços políticos do Sudão ocidental e aos eixos comerciais trans-saarianos"⁶. No século XIX, verificou-se a expansão dos Fulas à custa da submissão dos Mandignas, expansão essa que foi contida no fim do século com a penetração militar cada vez mais decidida dos europeus⁷.

O fim do grande comércio humano no Atlântico

Na primeira década do século XIX, mais precisamente em 1807, a Inglaterra aprovaria um conjunto de medidas legais que daria início ao longo processo que colocaria fim ao tráfico de escravos da África para a América. A importância dos ingleses aqui se deu, principalmente, porque eram eles os responsáveis por quase a metade desse comércio humano⁸. Mesmo assim esse processo foi lento e desigual nas diferentes regiões africanas, como também o foi a resposta dos outros países europeus e americanos. Portugal, por exemplo, só passaria a proibir legalmente o tráfico na região da Guiné em 1836, mas que de maneira mais rarefeita iria permanecer até a década de sessenta⁹.

⁴ BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: O desafio da História Regional*. Amsterdam/Brasil: SEPHIS, 2000. p. 78-80.

⁵ HORTA, José da Silva; Dias, Eduardo Costa. "História da Guiné-Bissau". In: Cristóvão, Fernando (Ed.). *Dicionário temático da lusofonia*. 2º ed., Lisboa: ACLUS/Texto Editores, 2007. p. 474.

⁶ *Ibidem*.

⁷ SILVEIRA, Joel Frederico. "Guiné". In: Valentim, Alexandre; Dias, Jill (Eds.). *O império africano: 1825-1890*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 219.

⁸ MARQUES, Pedro João. "Manutenção do tráfico de escravos num contexto abolicionista. A diplomacia portuguesa (1807-1819)". In: *Revista Internacional De Estudos Africanos*. Lisboa, nº 10-11, 1989. p. 65.

⁹ SOARES, Maria João. "Contradições e debilidades da política colonial guineense: o caso de Bissau". In: *III Reunião Internacional de História de África. A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 - c. 1930)*. Lisboa: IICT, 2000. p. 143.

Com relação ao tráfico interno, esse perdurou por mais tempo ainda, alcançando os primeiros anos do século XX¹⁰. Mesmo com o peso desse tráfico que ligou a África à América, inúmeras outras atividades econômicas continuaram existindo e sendo praticadas; outras nasceram como atividades paralelas à captura e à venda de escravos. Mas depois de mais de três séculos com o comércio de homens representando o principal produto nas relações comerciais entre africanos e europeus, um novo cenário comercial começava a surgir.

O comércio não escravista¹¹

Agentes do comércio

Com a instalação das primeiras feitorias e o conhecimento cada vez mais alargado das áreas circundantes, os portugueses passaram a agir como novos intermediários no comércio de produtos já conhecidos e requeridos pelos africanos. A novidade foi o deslocamento das antigas ligações transsaarianas¹² ou, como mínimo, a criação de uma nova rota comercial que atuou de modo complementar à já existente que percorria o grande deserto.

Durante o século XIX o comércio inter-regional continuou sendo importante. Ao sul do rio Gâmbia a exportação de produtos alimentares, especialmente o arroz, chegava mesmo até a região de Dakar. Para o sul, o comércio sazonal de nozes de cola mantinha-se importante visto ser um produto fundamental também como “moeda” de troca nas transações que se realizavam entre os povos guineenses e os presídios portugueses de Cacheu e Bissau¹³. Com as ilhas Bijagós, em troca de escravos, eram exportadas barras de ferros, armas e tecidos. Mais tarde, já na década de 1880, a coleta e a exportação de noz de palmeira aumentaram significativamente para abastecer principalmente a Alemanha, Portugal, Bélgica e França ávidos por matérias-primas¹⁴.

Uma prática muito estendida por parte da Coroa portuguesa, e que em muito desagradava os

¹⁰ SILVEIRA, Joel Frederico. *op. cit.*. p. 243. No vizinho Senegal francês a abolição só viria ocorrer em 1905.

¹¹ Para diferenciar do comércio ilegal de escravos passou-se a nomear o comércio de matérias-primas de comércio lícito.

¹² SANTOS, Maria Emília Madeira; RODRIGUES, V. L. G. “O comércio nas colónias portuguesas. A feitoria-fortaleza e o comércio transcontinental da coroa portuguesa no século XVI”. In: Luís Albuquerque (Ed.), *Portugal no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989. p. 238.

¹³ SILVEIRA, Joel Frederico. *op. cit.*. p. 214 e 240.

¹⁴ HAVIK, Philip. J. “Ilhas Desertas: impostos, comércio, trabalho forçado e o êxodo das Ilhas Bijagós (1915-35)”. In: Keese, Alexander (Ed.), *Trabalho forçado africano - articulações com o poder político*. Porto: Campo das Letras, 2007. p. 171.

seus soldados e outros funcionários estatais lotados na Guiné, era o pagamento do soldo em gêneros, nomeadamente panos e barras de ferro, obrigando-os, assim, a buscarem as redes comerciais para efetuar a troca dos seus "soldos" por bens que lhes fossem mais interessantes¹⁵. Essa prática, nas palavras do governador da Guiné Lopes de Lima "desmoralizava os empregados, obrigando-os a serem mercadores"¹⁶. Outro governador, Honório Pereira Barreto, reclamava em 1843 da falta de organização da autoridade portuguesa, já que "Todos os Empregados, desde o primeiro até o ultimo, ignoram quais são suas atribuições, e, por consequência, quais são seus deveres: só tratam de seus negócios, pois são negociantes"¹⁷.

No ano seguinte um conselho de investigação, formado para verificar a insubordinação da guarnição portuguesa destacada em Bissau, chegou a conclusões que demonstravam a situação ortodoxa em que viviam os seus soldados. Na parte exterior da povoação, no chamado extramuros, existiam mais de 40 palhotas onde habitavam parte da guarnição portuguesa com as suas concubinas. Estes acabaram aderindo "às formas de vivência dos grumetes e outros afro-portugueses mais pobres" e "realizando atividades comerciais sob a direção dos grandes negreiros"¹⁸.

Entre os comerciantes com quem acabavam fazendo negócios estavam os *grumetes*. Estes representavam uma camada social de comerciantes africanos, superficialmente aculturada, e que sabiam muito bem relacionar-se tanto com os outros africanos como com os europeus. Geralmente os *grumetes* viviam próximos aos núcleos urbanos, o que lhes permitiam realizar um intenso comércio com os europeus; mesmo que em muitas ocasiões aflorassem graves conflitos entre aqueles e as praças portuguesas. No caso de Bissau, essa rivalidade era vivamente manifestada e não raras vezes se sublevaram contra as autoridades portuguesas, que além do mais os ignoravam¹⁹.

De modo geral os *grumetes* eram africanos que incorporaram hábitos e habilidades ocidentais e, juntamente com os afro-portugueses, transformaram-se num elo importante entre o mundo africano e o europeu, podendo facilmente transitar entre os dois "mundos". Sendo assim, não foram poucas as vezes que isso provocou o desconforto das autoridades portuguesas ao verem como o seu poder de controle sobre as populações africanas se iam das mãos. Manuel António Martins, prefeito da recém-formada Prefeitura de Cabo Verde e Costa de Guiné e proprietário de plantações de café na ilha de

¹⁵ SILVEIRA, Joel Frederico. *op. cit.*. p. 223-226.

¹⁶ *Ibidem*. p. 223.

¹⁷ BARRETO, Honório Pereira. *Memoria sobre o estado actual de Senegambia portugueza, causas de sua decadência e meios de a fazer prosperar*. Lisboa: Typ. da Viúva Coelho & Cia, 1843. p. 9.

¹⁸ SOARES, Maria João, *op. cit.*. p. 132.

¹⁹ SILVEIRA, Joel Frederico. *op. cit.*. p. 230-232.

Santo Antão, em Cabo Verde, ao descrever o caráter dos povos da ilha de Bissau se lamentava e afirmava que esses "só respeitão as authorities, tanto da povoação como da praça, em quanto lhes convem, e quando não tornão-se gentios de hum dia para o outro, são deboxados, no que muito imitão a seus ascendentes"²⁰. Mais do que um defeito de caráter, esses africanos sabiam tomar proveito da situação para gerir os seus próprios interesses.

O nome *grumetes* sugere o adolescente aprendiz que trabalha nos navios e deriva do português "grumete". Parece ser que a necessidade de contrapor-se ao aumento da presença de agentes portugueses das companhias pombalinas, os grandes negreiros reinóis ou cabo-verdianos e outros europeus levaram a um reforço dessa identidade a partir de meados do séc. XVIII e, sobretudo, no século seguinte²¹.

Na verdade, o controle do espaço era exclusivo dos africanos. Os portugueses instalados ali não conseguiam exercer o seu poder para além do entorno dos enclaves onde viviam. Vários governadores deixaram as suas impressões a respeito dessa fragilidade. José Conrado Carlos de Chelmicki, de origem polaca e naturalizado português, com grande contrariedade percebeu como os "Gentios visinhos não tem porém nenhum respeito, nem temor, deixam tremular a bandeira portugueza, por ser de seu interesse"²². Dois anos mais tarde, o ex-governador Honório Perreira Barreto, ao criticar a debilidade do poder português, observava que o verdadeiro "governador" era o Régulo da vizinha Intê. É ele

quem faz a Ley na Povoação; impõe multas aos habitantes, que se apressam a pagar-lhas. É o mesmo Régulo quem decide questões entre os habitantes, que, cançados de inutilmente requererem ao Governador, recorrem a elle. Já houve exemplo de um Notavel pedir licença ao Governador para ir requerer ao Régulo a satisfação de um insulto, que os Gentios lhe fizeram em casa, e de lhe ser concedida tal licença!²³

A colaboração com os africanos ou com os afro-portugueses foi sempre fundamental para a fluidez do comércio e, diante dessa situação, não foram poucas as mulheres africanas que jogaram um papel importante nas relações de poder. Elas eram um elo fundamental entre o mundo africano e os seus maridos afro-portugueses ou portugueses. No princípio do séc. XIX, uma dessas mulheres, Mãe Julia, desempenhou um papel importante como mediadora de um conflito que opôs, de um lado, o seu

²⁰ Cf. FARO, Jorge. "Os problemas de Bissau, Cacheu e suas dependências vistos em 1831 por Manuel António Martins". In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* [separata]. Bissau, v. XIII, n. 50, p. 206, 1958.

²¹ SOARES, Maria João, *op. cit.*, p. 132-133.

²² CHELMICKI, José Conrado Carlos de. *Corografia cabo-verdiana ou descrição geographico-historica da provincia das ilhas de cabo-verde e guiné*. Lisboa: Tip. de L. C. da Cunha, 1841. p. 122.

²³ BARRETO, Honório Pereira. *op. cit.*, p. 16

marido e governador Joaquim Antonio de Mattos e, de outro, os *Papel*. Esses se recusaram a continuar abastecendo o mercado da vila com mantimentos depois de um desentendimento com o governador. Mattos teve que recorrer à sua esposa quando Bissau entrou em estado de fome devido à falta de alimentos²⁴.

A feira de Bissau era fundamental para prover a vila, visto a sua elevada dependência da produção agrícola e pecuária do espaço circundante. Para lá acudiam não só os *Papel*, mas também os *Balanta* e os *Bijagós*, chegando a afluir à feira de 400 a 600 pessoas para vender produtos hortícolas, frutas, água, arroz e carne²⁵. Muitos desses produtos tinham a sua origem nas feiras menores situadas mais ao interior de Bissau²⁶.

A presença dos portugueses instalados nos presídios ou feitorias mercantis trazia vantagens às populações da região. Essas instalações atraíam para o seu encontro o comércio internacional que beneficiava duplamente as populações ali instaladas, permitindo o escoamento dos seus produtos, por um lado e, por outro o desvio das caravanas do interior à costa em busca de produtos comerciais²⁷. Como a autoridade portuguesa não ia muito além dos muros das suas fortalezas, a presença desses homens não significou, até pelo menos bem entrada a segunda metade do século XIX, a perda da hegemonia africana. Soma-se a essa debilidade portuguesa a constante presença de outras nacionalidades europeias na região, como franceses, holandeses, ingleses, etc., o que favorecia a concorrência em proveito dos africanos²⁸.

A criação de entrepostos na costa foi fundamental, portanto, para possibilitar a integração das rotas comerciais africanas com o Atlântico. E entre esses dois mundos a conexão entre afro-portugueses e africanos foi vital, muito mais do que entre europeus e africanos, num longo processo de "crioulização" e "africanização"²⁹.

Produtos e produção comercial na costa da "Guiné"

²⁴ HAVIK, Philip. J. "Comerciantes e concubinas: Sócios estratégicos no comércio Atlântico na costa da Guiné". In: *// Reunião Internacional de História de África: A Dimensão Atlântica da África*. São Paulo: CEA/SDG-Marinha, 1996. p. 174; SOARES, Maria João, *op. cit.*. p. 141.

²⁵ PÉLISSIER René. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia: 1841-1936*. Vol. I. Lisboa: Estampa, 1989. p. 131.

²⁶ SOARES, Maria João, *op. cit.*. p. 128.

²⁷ SILVEIRA, Joel Frederico. *op. cit.*. p. 235-236.

²⁸ *Ibidem*. p. 236.

²⁹ HAVIK, Philip. J. *op. cit.*. p. 161.

Ainda que não considerada uma atividade genuinamente comercial, a cobrança de taxas deve ser vista como um importante meio de obtenção de riqueza aos que detinham o poder suficiente para cobrá-los. E era exatamente o que faziam os régulos quando obrigavam, em proveito próprio, o pagamento de taxas aduaneiras conhecidas como "daxas". Honório Perreira Barreto assim descreveu essa prática:

Por cada navio que entra no Porto [de Cacheu], o Governo paga a dous Régulos Gentios um imposto, que se chama - Daxa- talvez corrupto de taxa; mas que é carregado ao navio na Alfandega. A ignorancia ou malvadez, e a má política, tem sido tal, que a taxa dos navios nacionais é dôbro da que pagam os Francezes e Ingleses³⁰.

Ainda citando a Honório Perreira Barreto, este salientava a necessidade de "gastar algum dinheiro com os africanos em Geba quando esses cortavam a comunicação com Bissau"³¹. Também quando mandavam plantar arroz nas terras próximas aos presídios, como em Cacheu, os afro-portugueses ou portugueses eram obrigados a pagar renda aos africanos, donos da terra³². Os chefes de *Mata*, *Pecau* e *Cancada* só renunciaram do cobro de impostos aos navios mercantes europeus que entravam no porto de Cacheu em 1871, depois de uma forte ofensiva militar portuguesa para vingar a morte do governador Álvaro Teles Caldeira, assassinado em janeiro do mesmo ano, e do pagamento de compensações econômicas às autoridades africanas³³.

Parece ser que uma das funções dos escravos existente na costa da "Guiné" era, para além do cultivo da terra, o comércio. Na descrição que Honório Pereira Barreto faz das praças e presídios portugueses existentes na região, quando cita a quantidade da população escrava, refere-se à ela como agricultores, comerciantes e inclusive conhecedores de algum ofício³⁴. Podemos ter uma ideia do comércio operado por esses escravos através de uma descrição do próprio Barreto, preocupado com a pressão que esses estavam recebendo dos ingleses quando da venda do sal próximo ao presídio de Zeguichor: " porque os Ingleses deram em seduzir os escravos das canôas para fugirem para *Gambia*, que fica perto"³⁵.

A produção agrícola, tida por muitos como que quase inexistente, era praticada geralmente por

³⁰ BARRETO, Honório Pereira. *op. cit.*. p. 22-23.

³¹ *Ibidem*. p. 18.

³² *Ibidem*. p. 22.

³³ MENDY, Peter Karibe. *Colonialismo português em África: A tradição de resistencia na Guiné-Bissau (1879-1959)*. Bissau: INEP, 1994. p. 143.

³⁴ BARRETO, Honório Pereira. *op. cit.*. p. 21-24.

³⁵ *Ibidem*. p. 26.

famílias de afro-portugueses que detinham de fato grandes poderes na região; operando, inclusive, como principais intermediários do comércio de escravos. Ainda assim parece ter existido um certo espaço para uma produção e, principalmente, uma comercialização propriamente africana. Em Bissau, o arroz produzido e comercializado pelos "gentios" era vendido aos portugueses, mas também aos ingleses que utilizavam o porto de Bandim (na própria ilha de Bissau) para comercializar com os africanos³⁶. Em Cacheu a produção de arroz era menor do que Bissau, mas juntamente com a agricultura praticava-se a coleta e a produção de vinho de palmeira, que depois se comercializava com grande sucesso ao "povo do Presídio" de Cacheu, para além do próprio azeite produzido das mesmas palmeiras³⁷.

Dentre essa produção destacava-se o amendoim que, pelo menos desde os anos 30 do século XIX, era exportado da ilha de Galinhas. A manufatura para exportação girava em torno da produção têxtil, cestarias, tijolaria e toda a atividade ligada à reparação naval — esta última feita por escravos artesões e alguns poucos *grumetes* —³⁸. Paralelamente ao já ilícito comércio de escravos, famílias de grandes comerciantes que antes procuravam essencialmente escravos passaram a adquirir agora também dos africanos um leque de produtos como a cera, alguns couros, marfim, goma, barra de ferro, sal, nozes de cola, tartaruga e, como já vinha ocorrendo, o arroz, importante produto no comércio na região da Grande Senegâmbia. As exportações SE encontravam quase que exclusivamente nas mãos dos franceses, ingleses e estadunidenses³⁹. No sentido contrário chegavam tecidos diversos, armas, pólvora, diferentes objetos de metal, tabaco e outros produtos menores. Soma-se a isso um pequeno volume de aguardente de cana, alguns tecidos e o sal que provinham de Cabo Verde; ao tempo que se exportava para o arquipélago azeite de palma, coconete (como era chamada a noz de palmeira), gomas, couros, marfim, esteiras grossas e cestos, cera, amendoim, arroz e diferentes panos⁴⁰.

A nova realidade das relações comerciais impostas pela ilegalidade do comércio de escravos e a crescente perda da hegemonia portuguesa junto à costa da Guiné, levou a um declínio cada vez mais acentuado das tradicionais famílias luso-africanas no plano econômico. De qualquer forma, essas mesmas famílias, que antes atuavam como importantes intermediárias do tráfico de escravos, passaram agora a dedicar-se cada vez mais a outras atividades que pudessem garantir a sua

³⁶ *Ibidem*. p. 16.

³⁷ Honório Barreto parece distinguir o "povo" dos "gentis". Os primeiros seriam filhos das africanas (gentil) com os portugueses. "O Povo se resente da prigiça e indolencia dos Gentios (...) e de quem geralmente descende...". *Ibidem*. p. 21.

³⁸ SILVEIRA, Joel Frederico. *op. cit.*. p. 239.

³⁹ BARRETO, Honório Pereira. *op. cit.*. p. 8-9.

⁴⁰ SILVEIRA, Joel Frederico. *op. cit.*. p. 240.

sobrevivência econômica. O tráfico não foi abandonado totalmente e continuou a ser praticado — agora com uma certa discricção — concomitante ao processo de reconversão econômica. Como exemplo, temos as famílias de Barreto, em Cacheu, e Matos, em Bolma, que passaram a partir de 1825 a fornecerem madeiras à construção naval⁴¹.

Apesar de todos os esforços nesse sentido, as tradicionais famílias luso-africanas não foram capazes de sobreviver aos novos tempos. Surgidas numa época em que o tráfico de escravos dominava o comércio atlântico, elas não se mostraram capazes de acompanhar os novos tempos de comércio lícito e, já na metade do século XIX, tinham perdido praticamente a iniciativa de outrora. A presença cada vez maior de navios ingleses a partir de 1835 era não somente um sinal do crescente poder de intimidação dos mesmos diante do tráfico, mas também um sinal do aumento de concorrentes aos produtos africanos. A perda da hegemonia como intermediários do comércio internacional na costa da Guiné também significou o seu enfraquecimento político, que se refletiu inclusive na nomeação dos governadores pela coroa portuguesa para Guiné, que até aquele momento eram também grandes traficantes de escravos.

A demissão em 1839 do então governador Honório Pereira Barreto significou, simbolicamente, o momento em que esses notáveis perderam a capacidade de exercer cargos públicos, ainda que por algum tempo continuassem a influenciar o poder local português. Talvez a única exceção tenha sido os *Nosolini*, que sem abandonar completamente o tráfico conseguiram diversificar a sua atividade econômica com tal êxito que lhes permitiu sobreviver ao falecimento do patriarca em 1850⁴². Curiosamente, esse enfraquecimento das famílias luso-africanas levou-as a pretender a intervenção cada vez maior da metrópole, mesmo que isso significasse a sua subalternização política. Era, portanto, uma saída plausível às pressões decorrentes da concorrência cada vez maior de ingleses e franceses na região. Nesse sentido o desaparecimento do tráfico também fez com que os estabelecimentos afro-portugueses e portugueses começassem a ser cada vez mais pressionados pelas forças africanas. Essas, uma vez perdido o móbil da riqueza proveniente do tráfico, começaram a prescindir cada vez mais desses débeis enclaves costeiros⁴³.

Foi nessa época que a produção e exportação de amendoim aumentaram significativamente, ao ponto de tornar-se o principal produto de exportação guineense até os anos oitenta do séc. XX⁴⁴. Popularmente conhecido como *mancarra*, foi trazido do Brasil durante o século XVI pelos portugueses

⁴¹ *Ibidem.* p. 246.

⁴² *Ibidem.* p. 247-248.

⁴³ SOARES, Maria João, *op. cit.*, p. 124.

⁴⁴ HAVIK, Philip. J. *op. cit.*, p. 175.

como uma cultura de subsistência e acabou sendo o produto que melhor adaptou-se a essa reconversão econômica, surgindo como uma importante alternativa comercial já a partir de 1840. Foram as famílias luso-africanas que, com a utilização da mão de obra escrava, iniciaram o seu cultivo (entre elas a *Nosoli*). Segundo um relatório publicado em 1889, a produção chegou a representar 80% do valor das exportações da Guiné nos anos 1878-79⁴⁵. Na década seguinte o seu volume iria diminuir em função da guerra entre os *Biafadas* e *Fuyla-Forros*. Essa disputa acabou afetando não só a produção do amendoim como também toda a produção agro-comercial. Soma-se a esse fator a diminuição do preço internacional do amendoim⁴⁶. A ilha de Boloma, grande produtora dessa oleaginosa tão necessária à fabricação de lubrificantes de máquinas e motores, vai estar no centro de uma disputa entre Portugal e Inglaterra, que só seria decidida em favor dos portugueses em 1870 com a arbitragem dos Estados Unidos.

Mas, se por um lado a produção de amendoim conhece uma diminuição que não iria mudar até a Primeira Grande Guerra, a exploração da borracha e do coconote, baseada na coleta na região ocidental da Guiné a norte do rio Geba vai aparecer como uma alternativa comercial importante⁴⁷.

As pontas

Ao configurarem-se novos modos de produção vão surgir na região da Guiné as *pontas* (ou feitorias). Essas eram grandes estabelecimentos de tipo latifundiário, trabalhados basicamente por *manjacos* e controlados por casas comerciais portuguesas, cabo-verdianas e francesas, que se dedicavam ao cultivo de exportação (nomeadamente o amendoim). Essa forma criou um sistema peculiar e novo de exploração não só da terra, como também da mão de obra na região. Os africanos (nomeadamente os *manjacos*) recebiam a terra, sementes, alimentação e outros artigos necessários ao cultivo e à subsistência. Uma vez finalizada a colheita e quitada a dívida, eram obrigados a vender aos *ponteiros* todo o excedente. Como era de se esperar, as relações de valores eram sempre desproporcionais aos africanos⁴⁸.

O monopólio desse comércio era controlado por companhias de Marselha e Bordéus, o que

⁴⁵ Cf. SILVEIRA, Joel Frederico. *op. cit.*. p. 255.

⁴⁶ SANTOS, Maria Emília Madeira. *op. cit.*. p. 149. Para Peter Karibe Mendy, contudo, será mesmo a desorganização provocada pela instabilidade política que vai levar a uma queda significativa na produção do amendoim. As chamadas campanhas de "pacificação" irão jogar um papel decisivo no declínio da exportação. MENDY, Peter Karibe. *op.cit.*. p. 358.

⁴⁷ SILVEIRA, Joel Frederico. *op. cit.*. p. 259.

⁴⁸ MENDY, Peter Karibe. *op.cit.*. p. 355.

canalizava toda a produção dessa região à indústria francesa. Essas *pontas*, graças à procura para abastecer a indústria europeia, floresceram consideravelmente na segunda metade do século XIX. A partir de 1876, como consequência das guerras civis e expansionistas dos *Fulas*, essas empresas entraram em decadência e uma década mais tarde encontravam-se praticamente abandonadas⁴⁹.

Se a instabilidade política na região das *pontas* produtoras de amendoim levou à ruína a produção, em outras zonas da Guiné, onde se respirava um clima mais pacífico, outros produtos de exportação conheceram um desenvolvimento notável. Entre os anos de 1879 e 1905, enquanto a produção de amendoim despencava 75%, a noz de palmeira subia 285% e a borracha conhecia um impressionante aumento de 3.328%⁵⁰.

Os africanos viam como a concorrência europeia pela busca dessas matérias-primas iria desviar o sentido do comércio ao caracterizar-se pela crescente monopolização pelos estrangeiros. O amendoim passou a ser dirigido inclusive ao comércio senegalês para chegar em seguida à França. Na segunda metade do século XIX, seriam os representantes das casas estrangeiras que iriam afirmar-se como intermediários do comércio atlântico na costa da Guiné, deslocando assim os afro-portugueses e até mesmo os portugueses, que só raramente apareciam envolvidos agora no comércio⁵¹.

Até as campanhas de "pacificação", já no século XX, o poder estatal português teve enormes dificuldades para participar no processo de reconversão econômica ocorrida na Guiné com o fim do tráfico de escravos. *In veritas*, serão os próprios agentes econômicos no terreno

os responsáveis pela lenta reconversão dos circuitos negreiros numa débil economia agro-comercial, assente na exportação em pequena escala de produtos agrícolas e florestais e na redistribuição dos gêneros importados que os Africanos vão consumir de forma crescente⁵².

Conclusão

Embora o tráfico atlântico de escravos tenha dominado em volume o comércio na Guiné até a sua extinção a meados do século XIX, marcando profundamente a história dessa região, existiu uma série de produtos, para além do escravo, que transitaram no próprio interior da região como também para o exterior. Esses produtos, tais como as oleaginosas, o marfim, o couro e os tecidos serviam para

⁴⁹ *Ibidem*. p. 160-162 e 356.

⁵⁰ *Ibidem*. p. 357.

⁵¹ SILVEIRA, Joel Frederico. *op. cit.* p. 262-263.

⁵² SOARES, Maria João, *op. cit.* p. 124.

alimentar a florescente indústria europeia — mas também produtos para a alimentação circulavam no próprio continente africano —.

Por mais que os portugueses desejassem controlar desde muito cedo a totalidade desse comércio “paralelo” e, por consequência, os seus dividendos, a fragilidade da presença europeia e a relutância dos próprios africanos em ceder a iniciativa aos portugueses impediram, até a segunda metade do século XIX, a perda da hegemonia africana. No mais, os comerciantes africanos souberam lidar sempre com um elemento fundamental da prática comercial: a concorrência que existia entre os países europeus.

Foram sempre os próprios africanos que, de uma maneira ou de outra, buscaram dar respostas às necessidades (suas e dos europeus) no campo comercial. Desgraçadamente, a predominância na busca de escravos para Portugal, num primeiro momento, e para a América num segundo, acabou por limitar outras potencialidades comerciais na Guiné.

Referências bibliográficas

- BARRETO, Honório Pereira. *Memoria sobre o estado actual de Senegambia portugueza, causas de sua decadência e meios de a fazer prosperar*. Lisboa: Typ. da Viúva Coelho & Cia, 1843.
- BARRY, Boubacar. *Senegâmbia: O desafio da História Regional*. Amsterdam/Brasil: SEPHIS, 2000. Disponível em <<http://www.miniweb.com.br/literatura/artigos/barryportuguese.pdf?codigo=591>>. Acesso em: 10 de julho de 2010.
- CHELMICKI, José Conrado Carlos de. *Corografia cabo-verdiana ou descrição geographico-historica da província das ilhas de cabo-verde e guiné*. Lisboa: Tip. de L. C. da Cunha, 1841.
- FARO, Jorge. “Os problemas de Bissau, Cacheu e suas dependências vistos em 1831 por Manuel António Martins”. In: *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa* [separata]. Bissau, v. XIII, n. 50, 1958, p. 199-216.
- HAVIK, Philip. J. “Comerciantes e concubinas: Sócios estratégicos no comércio Atlântico na costa da Guiné”. In: *II Reunião Internacional de História de África: A Dimensão Atlântica da África*. São Paulo, CEA/SDG-Marinha, 1996. p. 161-179.
- _____. “Ilhas Desertas: impostos, comércio, trabalho forçado e o êxodo das Ilhas Bijagós (1915-35)”. In: Keese, Alexander (Ed.). *Trabalho forçado africano - articulações com o poder político*. Porto: Campo das Letras, 2007. p. 171-189.
- HENRIQUES, Isabel Castro. *Os Pilares da Diferença: Relações Portugal-África séculos XV-XX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.
- HORTA, José da Silva; Dias, Eduardo Costa. “História da Guiné-Bissau”. In: Cristóvão, Fernando (Ed.). *Dicionário temático da lusofonia*. 2º ed., Lisboa: ACLUS/Texto Editores, 2007. p. 473-304.
- MARQUES, Pedro João. “Manutenção do tráfico de escravos num contexto abolicionista. A diplomacia portuguesa (1807-1819)”. In: *Revista Internacional De Estudos Africanos*. Lisboa, nº 10-11, 1989. p. 65-89.
- MENDY, Peter Karibe. *Colonialismo português em África: A tradição de resistencia na Guiné-Bissau*

(1879-1959). Bissau: INEP, 1994.

PÉLISSIER René. *História da Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia: 1841-1936*. Vol. I. Lisboa: Estampa, 1989.

SANTOS, Maria Emília Madeira; Rodrigues, V. L. G. "O comércio nas colónias portuguesas. A feitoria-fortaleza e o comércio transcontinental da coroa portuguesa no século XVI". In: Luís Albuquerque (Ed.), *Portugal no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989. p. 237-250.

SILVEIRA, Joel Frederico. "Guiné". In: Valentim, Alexandre; Dias, Jill (Eds.), *O império africano: 1825-1890*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 212-267.

SOARES, Maria João. "Contradições e debilidades da política colonial guineense: o caso de Bissau". In: *III Reunião Internacional de História de África. A África e a instalação do sistema colonial (c. 1885 - c. 1930)*. Lisboa: IICT, 2000. p. 123-156.